

Uma história para a devastação do “Coração da América do Sul”: história e natureza em Mato Grosso, Brasil, 1964-1985.

BERGO DE CARVALHO y Ely.

Cita:

BERGO DE CARVALHO y Ely (2013). *Uma história para a devastação do “Coração da América do Sul”: história e natureza em Mato Grosso, Brasil, 1964-1985. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-010/924>

**XIV Jornadas
Interescuelas/Departamentos de Historia
2 al 5 de octubre de 2013**

ORGANIZA:

Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras

Universidad Nacional de Cuyo

Número de la Mesa Temática: 107

Historia ambiental: sociedad y naturaleza en perspectiva histórica

José María Mendes

**UMA HISTÓRIA PARA A DEVSTAÇÃO DO “CORACÃO DA AMÉRICA DO
SUL”: História e Natureza em Mato Grosso, Brasil, 1964-1985**

Ely Bergo de Carvalho

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

carvalho2010@yahoo.com.br

Há um descompasso entre o papel que a História tem na formação da ideia de natureza no imaginário social, seja por meio da produção historiográfica ou do papel

dos professores de história em sala de aula; e o papel que a Natureza tem na História como disciplina.

Vive-se em uma época de crise civilizatória. Por mais que algumas posições sejam exageradas no atual debate, quanto ao limite ecológico para o modelo de desenvolvimento social-cultural-econômico, pouquíssimos especialistas acreditam que apenas mudanças tecnológicas possam resolver os problemas porquê se passa. Está cada vez mais claro, que uma sociedade voltada para a ampliação até o infinito da produção e do consumo não é sustentável. Portanto, trata-se de um desafio lançado à espécie humana, que deve levar a um questionamento e mudança quanto ao modo de vida hegemônico, e quanto à forma de conhecimento hegemônica, ou seja, quanto à civilização moderna (MORIN, 1999).

O novo movimento ambiental, fruto da “revolução de 1968”, contribuiu para colocar os problemas ambientais em pauta para a sociedade civil e política. Como resultado dessa demanda, várias ciências criaram especialidades voltadas para tentar entender a nova questão ambiental e suas implicações, como a Sociologia Ambiental e o Direito Ambiental (GOLDBLATT, 1996). Dentro deste movimento, não sendo praticado apenas por historiadores, a História Ambiental estuda a interação sociedade-natureza no tempo. O estudo de tal interação por parte dos historiadores não é novidade. Vê-se isso na aproximação da história com a geografia de Vidal de La Blache, feita por Marc Bloch e Lucien Febvre, na França, ainda na primeira metade do século XX. Todavia, o termo História Ambiental é uma invenção estadunidense da década de 1970. Surgiu como parte da preocupação com o meio ambiente que emergiu a partir do novo movimento ambiental. A questão ambiental atual fez com que historiadores elaborassem novas perguntas para o passado, sobre a relação sociedade-natureza. Como já se afirmou: cada geração deve reescrever “toda a história”, não porque a geração anterior tenha sido incompetente para produzir “sua história”, mas porque, cada geração deve escrever a “sua história”.

Todavia, nem sempre os historiadores estão realmente interessados sobre as demandas colocadas pelas questões do seu tempo. Na década de 1960, foram os cientistas naturais os primeiros a procurar construir modelos de inter-relação sociedade-natureza, quando perceberam que apenas as variáveis “naturais” eram insuficientes para dar conta dos problemas ambientais, que então afluíam na preocupação pública. Na verdade, as Ciências Sociais, como um todo, chegaram tarde ao debate sobre os problemas ambientais. Os “pais” das Ciências Sociais, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber, se voltaram contra seus predecessores, como Augusto Comte e Herbert Spencer, para quem a Sociologia deveria estar ontológica e, epistemologicamente,

dependente da Biologia; opuseram-se, assim como Durkheim, ao afirmar que “o fato social explica o fato social”, não chegando a desconsiderar a relação entre seres humanos e ambientes em suas teorias sociais, mas relegando-a a um segundo plano (GOLDBLATT, 1998). Foi a partir da década de 1970, que sociólogos e antropólogos se voltaram mais seriamente para as questões suscitadas pela questão ambiental contemporânea e construíram um corpo de reflexões teórico-metodológicas que buscavam dar conta destas novas questões. A criação de uma *Environmental History* nos Estados Unidos se enquadra neste esforço, mas somente muito recentemente, começou um debate mais sistemático fora dos EUA, por exemplo, uma Sociedade Latino-americana e Caribenha de História Ambiental foi constituída em 2006, no III Simpósio Latino-americano e Caribenho de História Ambiental, e mesmo nos Estados Unidos, a História Ambiental é um grupo secundário da historiografia. No Brasil, na década de 1980, houve raros historiadores que buscaram fazer uma reflexão sobre as inter-relações entre sociedades humanas e a natureza. Na década de 1990, surgiram vários trabalhos esparsos pelo Brasil, que de forma crescente e variada abordam tal conjunto de questões. Mas foi somente no XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH, em 2005, que se conseguiu promover um simpósio, ou melhor, foram dois simpósios, sobre tal temática, resultado deste acúmulo de trabalhos nos últimos anos dos historiadores que, só muito tardiamente, com uns 30 anos de atraso, buscam dar uma resposta a questão ambiental contemporânea. Deve-se, portanto, considerar que os atuais debates da questão ambiental pelos historiadores são respostas bastante tardias da “corporação” às demandas da época atual.

Talvez Worster exagere sobre a novidade da História Ambiental, ao apresentá-la nos seguintes termos: No início do século XX, a história se restringia à “política do passado”. No decorrer do século, os historiadores duvidaram que tão poucos homens ocupados com o poder do Estado poderiam ter tal controle sobre o passado e passaram a fazer de toda a sociedade objeto da história. Agora chega um novo grupo de reformadores, “os historiadores ambientais, que insistem em dizer que temos de ir ainda mais fundo, até encontrarmos a própria terra, entendida como um agente e uma presença na história.” (WORSTER, 1991: 198-199). Já que na ânsia de apresentar a novidade da História Ambiental, Worster simplifica os modelos de interação sociedade-natureza utilizados pela historiografia, que não podem ser reduzido a uma “paisagem” imóvel onde os seres humanos atuam. A História sempre teve modelos mais simples ou mais complexos de interação sociedade-natureza (DUARTE, 2005: 93).

Ademais, cabe ressaltar, a produção historiográfica contribuiu para a construção de determinadas representações de natureza no imaginário social. A História como

disciplina acadêmica surgiu no século XIX com a função de ajudar no processo de construção de estados-nacionais, sendo a exaltação da “natureza nacional” invariavelmente um elemento fundador do nacionalismo (CHAUI, 2000). Isso no Brasil ainda é mais forte, pois há uma ausência de instituições políticas das quais se possa construir um sentimento de orgulho, e há uma representação negativa do povo (como escravos, trabalhadores indolentes, raça degenerada etc.), de forma que a natureza tornasse o grande elemento a partir do qual se poderia construir um sentimento de orgulho nacional (CARVALHO, 1998). Os historiadores, seja na sua produção historiográfica ou em sala de aula, contribuíram fortemente para a produção da representação negativa das camadas populares brasileiras e das representações ufanistas de “nossa” natureza (CARVALHO, 2008: 146).

Todavia, como afirma Worster (1999: 199), “a ‘natureza’ não é uma idéia, mas muitas idéias, significados, pensamentos, sentimentos, empilhados uns sobre os outros, freqüentemente da forma menos sistemática possível”, de forma que, apesar de haver elementos hegemônicos em uma dada sociedade sobre o que é a natureza, eles nunca são únicos.

Por exemplo, o mundo moderno é marcado pelo mecanicismo. Desde, pelo menos, a chamada Revolução Científica do século XVII, a máquina se tornou a grande metáfora para se entender a natureza. Como afirma Morin (1999), a lógica das máquinas artificiais, as quais são incapazes do desvio, do erro, tem como pressuposto que a realidade é simples, ou seja, que ela é objetiva e contém um conjunto de leis que podem ser formalizadas e que permitiriam controlar o objeto estudado, pois possibilitam a previsão de seu funcionamento. Mas a lógica da máquina artificial foi aplicada não apenas na relação dos seres humanos com a natureza, mas entre os próprios seres humanos. Dessa forma, tanto o Estado como a sociedade civil moderna se pautam em esquemas da máquina artificial, e baseiam-se em uma racionalidade sustentada na centralização, na especialização e na hierarquia, ou seja, baseiam-se no que outros autores chamam de uma racionalidade burocrático-técnica. O que forma uma visão de mundo fundamentada na lógica da máquina artificial, ou seja, em uma racionalização (MORIN, 1999: 155). Porém, Morin lembra que “o real excede o racional” (1999: 169). Afinal, uma breve incursão pela história do pensamento científico ocidental mostra os mitos sobre os quais, tal visão de mundo se constrói, o primeiro deles: o mito de que o mundo é simples e controlável. Dessa forma, ressalta-se que, tal visão totalizante pautada em um elemento parcial implica não na eliminação dos “mitos”, mas apenas, na sua reelaboração e na criação de novos “mitos” (DIEGUES, 1998: 54). Assim, felizmente, não se está, necessariamente, condenado a uma visão de mundo

racionalizadora, simplificadora e *maquínica* do mundo, afinal como afirma Simon Schama:

[...] se toda a história da paisagem no Ocidente de fato não passa de uma corrida insensata rumo a um universo movido a máquina, sem a complexidade de mitos, metáforas e alegorias, no qual o árbitro absoluto do valor é a medição e não a memória, no qual nossa inventividade constitui nossa tragédia, então realmente estamos presos no mecanismo de nossa autodestruição (SCHAMA, 1996: 24).

Apesar do processo de racionalização da natureza, procurar transformá-la em um depósito de recursos, a natureza nunca foi só isso. Como argumenta Jacques Revel: não se pode considerar que as “máquinas do poder” funcionam perfeitamente, porque em geral elas assim “funcionam”, justamente porque os historiadores a entendem como máquinas e não como um conjunto de relações, e “mesmo se admitir a hipótese de uma eficácia global dos aparelhos e das autoridades, falta entender inteiramente como essa eficácia foi possível, - ou seja, como foram retranscritas, em contextos indefinidamente variáveis e heterogêneos, as injunções do poder” (REVEL, 1998: 29). Ou para seguir o raciocínio de Edgar Morin, a lógica das máquinas artificiais não suporta a desordem, que se por um lado é fonte de destruição, por outro é fonte de liberdade. Como a criação pressupõe uma desordem criadora, a autoprodução permanente da sociedade não é comportada pela lógica da máquina artificial. Dessa maneira, os “processos de criatividade e de invenção não são redutíveis à lógica da máquina artificial” (MORIN, 1999: 110-111).

Tal perspectiva maquínica silencia sobre as diferentes racionalidades que orientaram e orientam os seres humanos em suas relações entre si e com o ambiente. Apaga os saberes produzidos por grupos como os seringueiros da Amazônia, que desenvolveram formas mais sustentáveis de viver. A atenção a estas diferentes racionalidades permite pensar para além da racionalidade produtivista, consumista e predadora, que caracteriza a sociedade moderna e separa os seres humanos da natureza.

Talvez por isso, Diegues (1998: 111) afirmou que: “Há no Brasil a necessidade de se começar a fazer a história sistemática das idéias que regeram e regem as relações entre a(s) sociedade(s) e a natureza.”.

E é nesse esforço que esta pesquisa se insere. A presente investigação visa abordar as representações de natureza por parte da elite intelectual do atual Estado de

Mato Grosso. *Grosso modo* e a princípio, pode-se argumentar que a representação de natureza passou de uma concepção termodinâmica de natureza para uma adaptação a “hegemonia da ideologia verde”, entre 1964 e 2010.

Segundo Gilmar Arruda (2000: 43-66), no final do século XIX e início do XX, houve um deslocamento na representação da natureza: de exuberante/paradisíaca para uma natureza também exuberante, mas na qual deveria ser integrado o progresso, mediada pela tecno-ciência, a qual levaria a ver a natureza como recurso natural (ARRUDA, 2000: 43-66). De forma semelhante, segundo Araújo, houve uma passagem do “mecanicismo clássico” para o “mecanicismo termodinâmico” no século XIX, ou seja, de uma natureza como uma máquina inesgotável, movimentada por Deus, para uma natureza como máquina inesgotável, mas movimentada pelo homem, ou talvez fosse melhor dizer, movida pela tecnologia. Para tal autor, entretanto, houve uma persistência do “mecanicismo clássico” no Brasil até pelo menos os anos de 1930, devido a hegemonia da ideia de um “país essencialmente agrícola” por parte da elite ligada aos interesses agrários, no qual caberia aos seres humanos apenas gerir a riqueza produzida pela natureza e não ser o motor produtor da riqueza (ARAÚJO, 2001).

Ao menos nas fronteiras de colonização, aparentemente, a representação de uma natureza como motor do progresso parece ter sido mais persistente. Romanello afirma que, somente nos anos de 1940/1950, houve uma “transição discursiva” em relação à terra, no Vale do Paranapanema paulista, de uma terra como paradisíaca que garante por si mesmo o progresso, para uma terra que demanda a aplicação de tecnológica:

[...] durante a década de 1940, [...] imagem de riqueza começa a ceder espaço para um discurso de fundo, mais técnico; a terra rica passa a não ser mais necessariamente a fonte da riqueza, pois faz-se necessário que a agricultura aplique ‘cuidados científicos’ ao solo, para que ele possa produzir, mais e melhor (ROMANELLO, 1998:15).

A elite madeireira do Sul do Brasil, na década de 1930, ampliava ao máximo a devastação da floresta da araucária e não assentavam a justificativa de tal ato em uma suposta inesgotabilidade da floresta, e sim, na confiança de que a tecnologia poderia produzir “florestas melhores”, a silvicultura, mais produtivas e que realizariam melhor seus “serviços ambientais”, pois seriam planejadas e controladas pelos homens (CARVALHO, 2008: 214-216). Em Mato Grosso, o projeto de modernização da elite e a representação de natureza, passam na década de 1930 por uma transformação. Até

então predominantemente se apostava no extrativismo como forma de “modernização” do Estado. Era vociferado pela elite intelectual, de então, a necessidade de melhorar as técnicas de extrativismo, de introduzir um gerenciamento “racional”, que evitasse a predação e esgotamento da extração de erva-mate, poaia, látex dentre outros produtos e a melhoria dos meios de logística para ampliar a produção. Os grupos extrativistas, então, eram identificados como destruidores da natureza, em virtude das técnicas atrasadas que utilizavam. Negatividade que só vai se ampliar com um novo projeto modernizador que vai simplesmente prescindir deles. O projeto de um extrativismo “modernizado” vai ser substituído por outro que percebe na colonização, com a derrubada da floresta e a introdução de monoculturas, a porta para a “modernidade”. Desta forma, há uma redução na representação da elite do que seja recursos naturais a serem explorados, de uma ampla gama de produtos do extrativismo florestal, a valoração econômica da natureza é reduzida à “terra nua” (CASTRO; GALETTI, 1994).

Apesar dos vários projetos de colonização dirigida, particulares e estatais, implantados em Mato Grosso no primeiro governo Vargas e no período democrático até 1964, foram relativamente poucos os resultados conseguidos em termos de efetivar um processo geral de colonização do Estado. Foi apenas no regime militar, instalado com o Golpe Civil-Militar de 1964, que se produziu uma política “eficiente” de colonização dirigida e sistemática das terras do atual Estado de Mato Grosso (GUIMARÃES NETO, 2002).

O processo de colonização dirigida no regime militar foi marcado pela violência. Por um lado, o governo militar atraiu uma população rural que estava tencionando a estrutura fundiária em outros lugares do país, com a promessa de acesso a terra na “fronteiras vazias”, levando a uma colonização contra a reforma agrária. Por outro, favorecia, por via estadual e federal, a constituição de empresas colonizadoras e cooperativas. Estas, por sua vez, favoreciam a vinda de um tipo “ideal” de “colonizador”, os agricultores, em especial do Sul do Brasil já capitalizados. Isso acompanhado do garimpo de diamante e ouro, gerou um cenário em que pequenos agricultores, fazendeiros, comunidades “tradicionais” (como seringueiros e indígenas, que ocupavam efetivamente o território representado como vazio), e empresas colonizadoras disputaram/e disputam o acesso à terra (GUIMARÃES NETO, 2002; MORENO, 2007). O resultado desse conflito é a atual paisagem mato-grossense, com uma estrutura fundiária concentrada, com a forte presença de grandes propriedades altamente tecnificadas fazendo parte de cadeias produtivas competitivas no mercado de *commodities* mundiais. Ligados a tais cadeias produtivas, por sua vez, saem os quadros que formam, a maior parte, da nova elite de Mato Grosso. Mas, não se pode esquecer

que, nesse processo, a luta de pequenos produtores pelo acesso a terra de forma autônoma ou mediante os projetos governamentais de assentamento, permitiram a presença de milhares de pequenos agricultores, em especial em regiões economicamente periféricas do Estado; e a legalização de terras indígenas e de unidades de conservação, em um número significativo, apesar de todas as mazelas entre a criação legal e a efetivação de tais unidades de conservação.

O governo de Blairo Maggi (2003-2010) foi significativo da nova configuração de forças do Estado após o processo de colonização dirigida. Embora o Estado ainda seja uma “fronteira aberta”, com um claro projeto, de setores da elite, de ampliação das áreas de monocultura e latifúndios e da existência de movimentos sociais atuantes, que procuram desenvolver um processo de assentamento de pequenos agricultores rurais na região. Todavia, Maggi foi exemplar desse novo cenário, pois ele é um dos maiores produtores de soja do mundo, nascido no Paraná e migrando para Mato Grosso na década de 1980, é um representante dessa nova elite, que em grande parte é formada por uma pequena parte dos milhões de migrantes que, vindos de praticamente todas as partes do Brasil, passaram a compor a população mato-grossense.¹ Por um lado, por fazer parte tanto no campo particular quanto governamental do projeto de expansão da soja e de outras cadeias produtivas, com base na monocultura e uso intensivo de tecnologia, Maggi foi identificado como o “inimigo número um”, da floresta no Brasil, pelo movimento ambiental. Por outro lado, em seu governo, houve a tentativa de produzir a imagem de que os empresários do agronegócio têm “responsabilidade sócio-ambiental”, e por isso e graças as novas tecnologias é possível e desejável aumentar a produção de forma “sustentável”.

É inegável que os mecanismos de mercado e novas tecnologias, em especial quando se pensa para além da esfera de produção e inclui-se a esfera de consumo, podem gerar melhorias ambientais. (HANNINGAN, 1995). O quanto isso pode alterar a degradação sistêmica gerada pelo modelo de vida moderno, é uma questão mais complexa e nebulosa e poucos especialistas apostam que a saída da crise ambiental possa se dar por esse meio. Todavia independentemente do grau de eficácia prática na mudança de processos de degradação ambiental. É evidente que tal postura do governo estadual é uma forma de sobreviver na arena pública, onde se declarar contra a preservação da natureza é suicídio político. Como já argumentou Livia Barbosa, em um artigo que busca mapear a penetração, a importância e o significado da problemática ambiental no seio da sociedade brasileira, afirma que, pelo menos, a partir do início da década de 1990: “O meio ambiente se tornou o grande referencial para todos os

¹ Que em 1980 era de 1,141 milhões e em 2000 passou para 2,504 milhões de habitantes.

grupos. Do ponto de vista político, a adaptação ao tema ecológico, ainda que de forma superficial, apresenta-se como a única saída competitiva” (BARBOSA, 1991: 242). A autora constata isso, a partir da forma como, até mesmo os garimpeiros, que negavam haver “problemas ambientais” gerado por sua atividade, passaram a admitir haver “problemas ambientais”, mas ressaltaram as vantagens sócio-ambientais de sua ação em pequena escala, em contraposição a mineração em grande escala, ou seja, passaram, no final da década de 1980, a atuar “sob a ideologia do verde”, ainda que de forma superficial.

Igualmente “superficial”, mas não irrelevantes, foram os investimentos simbólicos feitos por parte do governo estadual para reelaborar uma identidade mato-grossense. A inclusão do Cururu e do Siriri, folguedos típicos da cultura popular, da baixada cuiabana – local da elite tradicional do Estado – na grade curricular e o incentivo para a formação de grupos folclóricos de tais folguedos são exemplos disso. Em um Estado com uma população migrante tão grande, em que a própria elite regional foi em grande parte substituída, criou-se uma “crise de identidade”.

Desta forma, busca-se em elementos da cultura popular, transformados em folclore, material para construir uma identidade regional (ALBUQUERQUER JR., 2008). Tal busca aconteceu, via de regra, com os Estados nacionais modernos e com as identidades regionais (HOBSBAWM; RANGER, 2008). Mas em Mato Grosso há algumas especificidades.

Foi no início do século XX que, a então, pequena elite intelectual mato-grossense procurou construir uma identidade regional, que desse conta de unir tal elite e viabilizar a existência política do Estado. Tal investimento simbólico se deu basicamente como um contraponto à representação negativa de Mato Grosso, produzida por estrangeiros e pela elite nacional do “litoral”, uma representação “ocidentalista”, que estabelecia Mato Grosso como um “outro geográfico”, lugar de um “povo preguiçoso” e, até mesmo, “racialmente degenerado”, que diante de uma natureza rica que os sustentava não tinha iniciativa para instalar a “modernidade” e converter em “progresso”, a abundância de recursos naturais. Contra tal representação estigmatizante, a elite local procurou construir sua identidade pautada no “mito bandeirante”. Identificando-se com os “heróicos” bandeirantes paulistas que conquistaram, lutando com a natureza e povos selvagens, o território de Mato Grosso, garantindo o domínio “brasileiro” e a fronteira da nação contra o estrangeiro, bem como a manutenção da “civilização”. Todavia, tal representação da identidade mato-grossense pouco versou sobre a cultura popular e os trabalhadores nacionais pobres ou mesmo sobre as populações indígenas da região.

Como afirma Thomas (1996: 19), “é impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e os animais, daquilo que elas pensavam sobre si mesmas.” No caso mato-grossense, é importante destacar que, por um lado, no período de colonização dirigida capitaneada pelo regime militar, a representação dessa população pobre mato-grossense como preguiçosa e incapaz de transformar a natureza em riqueza, características atribuídas ainda de forma mais enfática a população indígena, continuou a ser mobilizada para justificar o seu processo de expropriação. Por outro lado, a atração de um dado tipo de migrante, os sulistas, tinha como justificativa a sua capacidade “superior de trabalho”.

Todavia, nos últimos anos, “sob a ideologia do verde”, os grupos de trabalhadores pobres vivem um modo de vida diferenciado ao modo de vida moderno, consumista e ambientalmente degradante. Agora identificados como “povos tradicionais”, são representados como se estivessem em “harmonia com a natureza”. E seringueiros, indígenas, ribeirinhos, quilombolas vão utilizar-se de tal hegemonia da “ideologia do verde” para legitimar suas demandas, em especial o acesso à terra. Ao mesmo tempo que vão ser transformados, em uma perspectiva multicultural, em símbolos da “matogrossidade”. Se o sertão foi sempre ambivalentemente lugar de “incivilidade” e uma “reserva de brasilidade”, em Mato Grosso, nunca houve tamanha positividade daqueles pobres que vivem na floresta/sertão.

Se em um dado momento, a representação da relação desses grupos “tradicionais” com a natureza foi a justificativa para expropriá-los, no atual momento, uma outra representação da relação desses grupos sociais com a natureza é estrategicamente mobilizada para garantir o seu acesso à terra. E em todos os momentos as representações de natureza estão no centro da construção da identidade regional.

Os historiadores são agentes ativos na luta de representações sobre a natureza. Pois para legitimar uma identidade e o direito dos que dela partilham de apropriação da natureza, bem como do seu contraponto necessário a identidade dos Outros e a ausência de direito de apropriação da natureza é construído incessantemente um passado, que de coesão ao grupo identitário e legitimidade a suas reivindicações, ou seja, há uma permanente disputa pela memória social (FENTRESS; WICKHAM, 1994). Apesar dos historiadores não deterem o monopólio sobre a memória social, bem pelo contrário, são apenas uma pequena parte dos investimentos na produção do passado, mas são sem dúvida, um lugar de legitimidade para se falar sobre o passado (GUARINELLO, 1995: 181). No caso em tela, a criação do Instituto História de Mato Grosso – IHMT, em 1919, assinala o grande momento de sistematização da construção de uma identidade

regional mato-grossense, junto com vários outros investimentos simbólicos nesse sentido produzidos naquele momento (ZORZATO, 2000).

Fez parte deste esforço, a produção do que pode ser considerado o primeiro livro-didático de História de Mato Grosso, ou pelo menos de um livro que recebeu a chancela oficial para ser utilizado nas escolas estaduais. Trata-se de *Quadro Chorographico de Matto Grosso*, publicado em 1906, por aquele que seria um dos fundadores do IHMT, Estevão de Mendonça.

Depois de um primeiro momento de efervescência, o IHMT passou por um período de relativa calma, voltando a intensa atividade quando o processo de colonização dirigida promovida pelo regime militar começou a “inundar” Mato Grosso com migrantes e depois, quando em 1977, a parte sul do Estado é separada, formando uma nova unidade da federação, o Mato Grosso do Sul, o que reacendeu as demandas identitárias regionais (GALETTI, 2000: 320).

Dessa forma, nessa época, têm-se a edição de uma série de trabalhos didáticos produzidos por membros do IHMT. Assim, nessa época, têm-se a edição de uma série de trabalhos didáticos produzidos por membros do IHGMT²:

- MENDONÇA, Rubens. *História de Mato Grosso*. Cuiabá, 1967. 127 p.
- SILVA, Octayde Jorge da. *Extratos da História de Mato Grosso*. Cuiabá: ITC, 1980.
- SILVA, Octayde Jorge da. *Um estudo de História de Mato Grosso: roteiro para o ensino de 1º e 2º graus*. Cuiabá: Escola Técnica Federal de Mato Grosso, 1982. 100 p.
- PÓVOAS, Lenine de Campos. *História de Mato Grosso*. Cuiabá, 1985. 131 p.
- PÓVOAS, L. de C. *Síntese da História de Mato Grosso*. Cuiabá, 1992. 134 p.

Assim, é relevante estudar as representações de natureza contidas nesse material de divulgação produzido por aqueles que tinham, em cada momento, a legitimidade para produzir o discurso histórico. É importante para entender o papel ativo que os historiadores (profissionais ou não) tiveram nos conflitos de representações sobre a natureza, sobre identidade mato-grossense e sobre a legitimidade e a exclusão de certos grupos portadores de certos projetos em se apropriar ou não da natureza. Ademais, é

² Houve outros livros publicados por pessoas que não eram membros do IHMG, como: *Geografia e História de Mato Grosso*, de J. Lucídio N. Rondon, de 1970; *Os principais fatos da História de Mato Grosso: roteiro para o ensino do 2º Grau, Vestibulares e Concursos Públicos*, de Gonçalo de Assis Poquiqui. Ou, ainda, a obra de Gonçalo Guerreiro, *História de Mato Grosso*, de 1986.

uma forma de contribuir para a demanda social atual de produzir uma História Ambiental, que responda a atual crise ambiental.

O projeto ainda está em desenvolvimento. Como resultado parcial da análise do material citado, de livros de divulgação da história regional para o grande público, produzidos no período, destaca-se aqui que, a criação do Instituto História de Mato Grosso – IHMT, em 1919, assinala o grande momento de sistematização da construção de uma historiografia regional. Seguindo esse primeiro esforço, a identidade regional é apresentada, nos citados livros, como forjada no “mito bandeirante”, representação cômoda para uma elite que se pensava como bastião da “civilização” no “sertão”. Tratam-se de livros com uma história cronológica linear, uma história política e bastante factual. Vinculada a um projeto modernizador, que deslegitimava o acesso de grupos, hoje tidos como “tradicionais”, ao acesso dos recursos naturais, por entendê-los como portadores do atraso e da degradação do mundo natural.

O processo de colonização dirigida no regime militar foi marcado pela violência. Por um lado, o governo militar atraiu uma população rural que estava tencionando a estrutura fundiária em outros lugares do país, com a promessa de acesso a terra nas “fronteiras vazias”, levando a uma colonização contra a reforma agrária. Por outro, favorecia, por via estadual e federal, a constituição de empresas colonizadoras e cooperativas. Estas, por sua vez, favoreciam a vinda de um tipo “ideal” de “colonizador”, os agricultores, em especial do sul do Brasil já capitalizados. Isso acompanhado do garimpo de diamante e ouro gerou um cenário em que pequenos agricultores, fazendeiros, comunidades “tradicionais” (como seringueiros e indígenas, que ocupavam efetivamente o território representado como vazio), e empresas colonizadoras disputaram e disputam o acesso à terra (MORENO, 2007). O resultado desse conflito é a atual paisagem mato-grossense, com uma estrutura fundiária concentrada, com a forte presença de grandes propriedades, altamente tecnificadas, fazendo parte de cadeias produtivas competitivas no mercado de *commodities* mundiais. Ligados a tais cadeias produtivas, por sua vez, saem os quadros que formam a maior parte da nova elite de Mato Grosso. Mas, não se pode esquecer que, nesse processo, a luta de pequenos produtores pelo acesso a terra, de forma autônoma ou mediante os projetos governamentais de assentamento, permitiram a presença de milhares de pequenos agricultores, em especial em regiões economicamente periféricas do Estado; e a legalização de terras indígenas e de unidades de conservação, em um número significativo, apesar de todas as mazelas entre a criação legal e a efetivação de tais unidades de conservação.

Tal processo de colonização, que de certa forma ainda continua a existir enquanto um avanço do agronegócio sobre a floresta, era pautado na expropriação da população pobre e/ou indígena. As populações ribeirinhas, os pequenos agricultores familiares, as populações indígenas que ocupavam efetivamente o sertão, tido como “vazio demográfico”, deveria ser expropriado para a atuação de empresas colonizadoras e fazendeiros. Enquanto outros deveriam ser mantidos separados da terra, o trabalhador da fazenda deveria ser mantido como não proprietário, para servir de mão-de-obra para os grandes proprietários e manter a terra livre; já o pequeno proprietário migrante, aquele que vem e faz posse em meio à floresta, aquele que vem comprar terra de empresas ou é assentado no processo de “reforma agrária”, quando consegue permanecer na terra apesar das adversidades – a minoria consegue -, poderia servir de reserva de mão de obra para trabalhar nos grandes empreendimentos e servir de mercado consumidor, para aquecer a economia regional. De forma que a natureza (terra) e os seres humanos precisavam ser disjuntos, para que ambos estivessem “livres” no mercado, e fazer girar a roda da economia (LEFF, 2006).

Tal separação, dos seres humanos da terra (natureza), é constitutiva do mundo moderna capitalista. Em Mato Grosso uma série de representações serviram para justificar a tal separação modernizadora. Por exemplo, por um lado, no período de colonização dirigida capitaneada pelo regime militar, a representação da população pobre mato-grossense como preguiçosa e incapaz de transformar a natureza em riqueza, que eram características atribuídas ainda de forma mais enfática à população indígena, continuou a ser mobilizada para justificar o seu processo de expropriação (BARROZO, 2008). Por outro lado, a atração de um dado tipo de migrante “ideal”, com capital e domínio do *know-how* da tecnologia da “Revolução Verdade”, em grande parte vindo do sul do Brasil, e identificados como “sulistas”, tinha como justificativa a sua capacidade “superior de trabalho” (GUIMARÃES NETO, 2002).

Como foi argumentado, o projeto de modernização presente nos livros de popularização de História Regional de Mato Grosso, não apresentavam uma proposta de “redenção” nem do “povo”, como fazia a proposta autoritária do Estado Novo, que queria transformar o “homem comum” em um disciplinado trabalhador adequado para a sociedade industrial então idealizada, mas desprovido dos direitos formais de cidadania; tampouco pretendia “salvar” a natureza como implicava, em algum grau, o um projeto de modernização presente em parte da elite de Mato Grosso na Primeira República, fazendo uma racionalização produtivista do extrativismo, que, pelo menos, pretendia manter a floresta em pé. Em certos aspectos, o projeto regional, ou pelo menos, os

elementos que estavam presentes nos livros aqui abordados, eram mais excludentes, pois a natureza a ser aproveitada era o solo nu, e não havia especificação para a “redenção” de grande parte da população autóctone, pois sua expropriação e exclusão eram um “mal necessário”. Era o “custo humano” do processo de modernização, de industrialização, e tal como o Fausto de Goethe, eles tinham que fingir que não estavam vendo tal “custo” (BERMAN, 1986: 67).

Portanto, não é estranho que o processo de colonização dirigida contemporâneo tenha sido mencionado como algo positivo. Como nesse excerto de Rubens de Mendonça: “Do Governo Arnaldo Estevão de Figueiredo é muito cedo ainda para se fazer um julgamento sereno, entretanto, devemos salientar que a ele deve o Norte do Estado, em grande parte a sua colonização” (MENDONÇA, 1967: 126). Ademais, aspectos tidos como negativos tendiam a ser silenciados, como na obra de Octayde Jorge da Silva (1985), em que a violência nas regiões de colonização e mineração foi mencionada quando narrou o século XIX e início do século XX, mas silenciada no tocante à colonização contemporânea. As consequências da devastação do Cerrado, da Floresta Amazônica e do Pantanal fortemente vivenciados em Mato Grosso, nas décadas de 1980 e 1990, não eram mencionadas, pois não eram entendidas como problemas ou eram pequenos em relação ao benefício que esperavam que o processo de modernização fosse gerar.

Somente na década de 1990 surgem manuais que procuram incorporar a perspectiva de história acadêmica. O lugar legítimo para a enunciação da história “de” e “em” Mato Grosso havia se transferido para a universidade. Em especial, para a Universidade Federal de Mato Grosso, que desde 1979 possui o curso de História. Quebrando a hegemonia da representação do “bandeirante civilizador”, apresentando uma identidade regional multicultural e “ecologicamente correta”.

Referências:

ALBUQUERQUER JR., Durval Muniz de (2008). *Nos destinos de fronteira: História, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço.

ARAÚJO, Hermetes Reis de (2001). “Da Mecânica ao Motor: A idéia de natureza no Brasil no final do século XIX”. *Proj. História*, São Paulo: p. 151-167.

ARRUDA, Gilmar (2000). “Representações da Natureza: História, Identidade e Memória” ROLIM, Rivail C.; PELEGRINI, Sandra A.; DIAS, Reginaldo. (Org.). *História, Espaço e Meio Ambiente*. Maringá: ANPUH-PR. p. 43-66.

BARBOSA, Livia (1991). “Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: p. 229-243.

BERMAN, Marshall (1985) *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

CARVALHO, Ely Bergo (2008). *A Modernização do Sertão: Terras, Florestas, Estado e Lavradores na Colonização de Campo Mourão, Paraná, 1939-1964*. Tese (Doutorado em História), Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – USFC.

CARVALHO, José Murilo de (1998). “O motivo edênico no imaginário social brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: p. 63-79.

CASTRO, Maria Inês Malta (2001). *Natureza e Sociedade em Mato Grosso – 1850/1930*. Tese (Desenvolvimento Sustentável), Brasília: - Universidade de Brasília.

CASTRO, Maria Inês Malta; GALETTI, Lylia da Silva Guedes (1994). “Um histórico dos Usos da Biodiversidade em Mato Grosso”. CASTRO, Carlos F. de Abreu. *Diagnósticos do setor florestal em Mato Grosso*. Brasília: IBAMA/ITTO/FUNATURA, p. 2-188.

CHAUÍ, Marilena (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana (1998). *O mito moderno da natureza intocada*. 2. ed. São Paulo: HUCITET.

DUARTE, Regina Horta (2005). *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris (1994). *Memória social*. Lisboa: Teorema.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes (2000). *Nos Confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese (Doutorado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo – USP.

GOLDBLATT, David (1996). *Teoria Social e Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.

GUARINELLO, Norberto Luiz (1995). “Memória coletiva e história científica”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, p. 180-193.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz (2002). *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN.

HANNINGAN, John (1995). *Sociologia Ambiental: A formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Instituto Piaget.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.) (2008). *A invenção das tradições*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra.

LEFF, Enrique (2006). *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- MENDONÇA, Rubens (1967). *História de Mato Grosso*. Cuiabá.
- MORENO, Gislaene (2007). *Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla, 1891-1992*. Cuiabá: EDUFMT.
- MORIN, Edgar (1999). *Ciência com Consciência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- PÓVOAS, Lenine de Campos (1985). *História de Mato Grosso*. Cuiabá.
- PÓVOAS, Lenine de Campos (1995). *História Geral de Mato Grosso*. Cuiabá.
- REVEL, Jacques (1998). “Microanálise e a construção do social”. REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de escalas: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, p. 15-38.
- ROMANELLO, Jorge Luiz (1998). *Imagens e visões do Paraíso no Oeste Paulista: Um Estudo do Imaginário Regional*. Dissertação (Mestre em História). Assis: UNESP.
- SCHAMA, Simon (1996). *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, Octayde Jorge da (1980). *Extratos da História de Mato Grosso*. Cuiabá: ITC.
- SILVA, Octayde Jorge da (1982). *Um estudo de História de Mato Grosso: roteiro para o ensino de 1º e 2º graus*. Cuiabá: Escola Técnica Federal de Mato Grosso.
- THOMAS, Keith (1988). *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação as plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- WORSTER, Donald (1991). “Para fazer história ambiental”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: p. 198-215.
- ZORZATO, Osvaldo (2000). “Alicerces da identidade mato-grossense”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, p. 419-435.